

A PARADIPLOMACIA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O GOVERNO DE EDUARDO PAES (2009-2016)

Bernardo Barreto de Vasconcelos Torres¹

Ana Beatriz Rodrigues Carneiro²

SINOPSE

As atividades internacionais dos entes subnacionais, conhecidas como paradiplomacia, possibilitam expandir o escopo de atuação de estados e municípios. A cidade do Rio de Janeiro, durante a gestão do prefeito Eduardo Paes (2009-2016), sediou alguns dos principais eventos globais, como as Olimpíadas e a Conferência Rio+20, além de pequenos projetos, fazendo com que o município se destacasse no cenário internacional. Este trabalho tem como objetivo identificar os principais marcos da paradiplomacia carioca e os desafios para as práticas paradiplomáticas durante a gestão Eduardo Paes. A pesquisa é desenvolvida a partir da análise de fontes primárias e secundárias sobre o tema, possibilitando traçar a trajetória paradiplomática da capital fluminense, além de identificar os impactos da falta de normatividade no tangente à paradiplomacia e à demasiada demora para aprovação de acordos que necessitam da anuência do Congresso Nacional nas atividades internacionais da cidade.

Palavras-chave: paradiplomacia; Rio de Janeiro; gestão Eduardo Paes.

ABSTRACT

International activities of subnational entities, known as paradiplomacy, enables states and municipalities to expand their scope of action. The city of Rio de Janeiro, during the administration of Mayor Eduardo Paes (2009-2016), hosted some of the major global events, such as the Olympics and the Rio+20 Conference, making the municipality stand out on the international scene. This study aims to identify the main milestones of Rio de Janeiro's paradiplomacy and the challenges for paradiplomatic practices during the Eduardo Paes administration. The research is developed based on the analysis primary and secondary sources on the subject, making it possible to trace the paradiplomatic trajectory of the city, in addition to identifying the impacts, in the city's international activities, of the lack of normativity regarding paradiplomacy and the excessive delay in approving agreements that require the approval of the National Congress.

Keywords: paradiplomacy; Rio de Janeiro; Eduardo Paes; mayoral administration.

JEL: F59; H77; H79.

Artigo recebido em 18/5/2023 e aprovado em 1/11/2023.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bepi37art6>

1. Mestrando em gestão e políticas públicas pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV/EAESP); e graduado em relações internacionais pelo Centro Universitário Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais Rio de Janeiro (Ibmec/RJ). *E-mail:* bernardo.bbvt@gmail.com.

2. Graduada em relações internacionais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). *E-mail:* anabeatrizrodriguesc15@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

A paradiplomacia, também conhecida como diplomacia federativa ou diplomacia direta, visa buscar no meio internacional os interesses e oportunidades dos entes subnacionais, nos mais variados campos. Nesse sentido, a elaboração de um planejamento estratégico por profissionais com *know-how* sobre o tema e a sua execução preferencialmente contando com o apoio do governo federal e de sua estrutura diplomática, mesmo que não essencial, possibilita o alcance de melhores resultados na concretização de parcerias internacionais.

A cidade do Rio de Janeiro, pioneira no que tange às atividades paradiplomáticas municipais no Brasil, pode ser considerada um exemplo de paradiplomacia, tendo em vista as extensas ações na área de relações internacionais ao longo de sua história. Neste artigo é feito um estudo de caso sobre a paradiplomacia durante a gestão do prefeito Eduardo Paes (2009-2016), período em que a cidade sediou alguns dos principais eventos globais, com destaque para as áreas esportiva e ambiental. O elevado número de eventos internacionais de pequeno e grande porte sediados pela cidade do Rio de Janeiro na gestão Paes permitiu identificar os principais desafios cariocas no tangente a sua atuação internacional.

O artigo está dividido em três seções, além desta introdução. Na segunda parte, conceitua-se a paradiplomacia e apresenta-se sua trajetória ao longo dos anos. A terceira seção analisa o contexto da paradiplomacia no Brasil, com destaque para seus principais marcos e acontecimentos, desaguando nos primórdios da paradiplomacia carioca, com o objetivo de fornecer conhecimento histórico e analítico acerca do tema. Por fim, a quarta seção busca destrinchar a paradiplomacia da cidade do Rio de Janeiro durante os anos da gestão de Eduardo Paes, com foco nos principais eventos sediados pelo município. Os entraves identificados também são apresentados, aliados a uma análise de seus impactos nas atividades paradiplomáticas da capital fluminense.

2 O ESTADO DA ARTE NA PARADIPLOMACIA

Por um considerável período, as relações dos entes subnacionais com parceiros internacionais não foram avaliadas de forma específica, fazendo com que o surgimento da paradiplomacia como tema seja recente no campo de estudos das relações internacionais. Contudo, dada a evolução do assunto, a academia passou a observá-lo e investigá-lo melhor. O termo paradiplomacia foi criado a partir dessa maior atenção, tendo como principal precursor Panayotis Soldatos, que via a atividade como um fenômeno de múltiplos atores nas relações internacionais (Soldatos, 1990). Da mesma forma que a análise do tema, o termo paradiplomacia é relativamente novo, gerando questionamentos quanto à sua definição. Entretanto, quando examinado semanticamente, o termo paradiplomacia pode ser definido como a adoção de uma diplomacia paralela (Ribeiro, 2008).

Ao longo do tempo, o termo foi (e continua) sendo utilizado em grande parte da literatura geral sobre diplomacia, porém seu uso é objeto de debate entre estudiosos da área, incluindo autores como Hocking – para quem o termo dá a entender que existem divergências entre a atuação internacional do ente subnacional e a do ente central, podendo ocasionar choques de interesse (Hocking, 1993). Já para Dias (2010), os atores estatais, engajados com as *high politics*, não inserem os governos subnacionais nas discussões entre eles, limitando a atuação paradiplomática às *low politics*.

Assim, de maneira paralela, quando analisado o conceito de paradiplomacia, é possível encontrar em meio à literatura diversas definições, sendo a mais aceita na atualidade a elaborada por Prieto, que o define como

o envolvimento de governo subnacional nas relações internacionais, por meio do estabelecimento de contatos, formais e informais, permanentes ou provisórios (*ad hoc*), com entidades estrangeiras públicas ou privadas, objetivando promover resultados socioeconômicos ou políticos, bem como qualquer outra dimensão externa de sua própria competência constitucional (Prieto, 2004, p. 251).

Quando observado o desenvolvimento histórico da prática paradiplomática, existe certa imprecisão em relação às suas origens. Enquanto parte dos historiadores sobre o tema remete às origens das atividades extraterritoriais das cidades-estados gregas, outros consideram que a paradiplomacia só foi possível após Westfália, com a consolidação dos Estados nacionais. Analisando a partir deste ponto de vista, existem indícios da prática paradiplomática no século XIX, mas com exemplos mais sólidos a partir de 1913, com a Union Internationale des Villes, a primeira rede internacional de cidades (Neves, 2013).

Ao longo das décadas, a paradiplomacia foi se expandindo pelo mundo, sobretudo após o fim da Guerra Fria, proporcionando um leque ainda maior de parceiros para a elaboração de projetos internacionais. Aliado a isso, a expansão da globalização, que integrou de forma cada vez mais profunda os entes subnacionais, facilitou e incentivou a aproximação e a concretização de novas parcerias. Assim, os projetos de cooperação entre atores subnacionais ficaram mais robustos, com intercâmbio em setores variados, desde parcerias no campo educacional a missões comerciais, contando na maioria das vezes com visitas dos representantes subnacionais e ampla cobertura midiática. Nesse contexto de anseio por investimentos e demanda para captação de recursos, aliados à necessidade de se conectar ao mercado global para se manterem competitivas, as principais cidades do mundo viram a internacionalização como uma importante oportunidade. Elas passaram a pesquisar mais sobre o tema, investindo na capacitação de seu corpo técnico, além de incentivarem o empresariado local a expandir seus conhecimentos na área.

A internacionalização não se limitou às metrópoles, vindo a ocorrer, também, em cidades de menor porte, principalmente em países que adotam o federalismo. Nos países federalistas, dada a maior autonomia dos governos locais, inúmeras parcerias foram firmadas, atraindo empresas e investimentos. Vale ressaltar que, em países federativos, o processo tende a ocorrer de forma mais célere quando comparado a outros países, pois os entes subnacionais possuem autonomia para concretizar a parceria, não necessitando, na maioria dos casos, negociar com a federação. Todavia, os entes subnacionais, por serem relativamente novos no campo internacional, geralmente precisam de capacitação e de auxílio por parte da unidade nacional – e, no caso das cidades, em grande parte das vezes, também do respectivo governo estadual.

Conforme Dias (2010), as principais maneiras de as cidades exercerem atividades paradiplomáticas são: i) por meio de acordos de irmanação entre cidades com objetivos semelhantes; ii) criação de escritórios de representação no exterior; iii) firmamento de parcerias com entes estrangeiros; iv) cooperação com parceiros e com redes internacionais de cidades; v) participação e hospedagem de eventos internacionais; e vi) participação em organizações multilaterais, entre outros. Além disso, cabe destacar que atores locais, tais como grupos empresariais, organizações não governamentais (ONGs) e outras partes interessadas em âmbitos municipal e estadual, impactam a paradiplomacia ao influenciar os agentes envolvidos na elaboração da estratégia e na prática paradiplomática.

Nesse cenário, a atuação internacional das cidades tem como um de seus principais objetivos a cooperação, visando troca de conhecimento, sobretudo na área de gestão pública, mas também em infraestrutura, comércio, desenvolvimento sustentável, saúde, educação, meio ambiente, entre outros temas de alcance universal. Pelo fato de a paradiplomacia poder ser exercida em inúmeros setores, os benefícios podem transformar cidades e estados, em especial os de menor arrecadação, viabilizando cada vez mais investimentos, aumento do potencial turístico, melhorias em projetos locais, entre outras vantagens.

Logo, por se tratar de um número consideravelmente superior de possíveis parceiros, em comparação aos Estados nacionais, a amplitude de projetos viáveis é difícil de se calcular. Tendo em vista que parceiros diferentes possuem desejos e necessidades de cooperação distintos, amplia-se de forma exponencial as chances de cooperação. Portanto, pode-se concluir que os benefícios da paradiplomacia se estendem também ao governo central, pois haverá um ente subnacional cada vez mais fortalecido em diversos setores, além da entrada de investimento externo direto (IED) e da abertura de um novo canal diplomático no país em que for concretizada a parceria, fortalecendo, assim, a política externa brasileira.

3 A TRAJETÓRIA DA PARADIPLOMACIA NO BRASIL

O cenário da paradiplomacia no Brasil no decorrer dos anos se deu de forma diversa, sobretudo ao longo do final do século XX e durante as duas primeiras décadas do século XXI. A promulgação da Constituição Federal de 1988, as diversas alterações na estrutura governamental e a expansão dos tipos de cooperação internacional possibilitam delimitar a paradiplomacia no cenário nacional em três marcos temporais: até 1990, de 1991 a 2010 e de 2011 em diante.

Tal como a paradiplomacia em esfera global, determinar a origem das atividades paradiplomáticas no Brasil é um desafio. Desde a época do império, as cidades – sobretudo as litorâneas – realizavam trocas internacionais. No entanto, tais trocas eram praticamente restritas a vendas de bens, como a exportação de matérias-primas e a importação de produtos com maior valor agregado. Em paralelo, as trocas internacionais no tangente a serviços também ocorriam, tendo como exemplo a vinda de artistas europeus para as cidades, visando adequá-las aos moldes do outro lado do Atlântico (Ribeiro, 2008).

Quando analisada a trajetória da paradiplomacia no Brasil, primeiramente em um marco temporal até os anos 1980, são perceptíveis alguns principais acontecimentos históricos. O primeiro se deu em 1983, quando o governo do estado do Rio de Janeiro, sob o comando de Leonel Brizola, estabeleceu a Assessoria de Relações Internacionais. A ação não foi bem vista pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), porém foi continuada no governo seguinte, já com o governador Moreira Franco (1987-1991), havendo, desde então, órgãos com atribuições semelhantes no estado fluminense (Gonçalves e Oliveira, 2017). Já o segundo fator foi perceptível nos anos subsequentes, ainda na década de 1980, quando outros estados e municípios instituíram estruturas voltadas para o âmbito internacional, em estágio inicial, sem atribuições muito bem definidas.

No que diz respeito aos aspectos legais e políticos, outros acontecimentos também marcaram o histórico da paradiplomacia no Brasil até os anos 1980. A nova Carta Magna brasileira, promulgada em 1988, reconheceu os municípios como entes da federação, o que, somado à redemocratização, impulsionou a prática paradiplomática no país. Entretanto, é importante destacar que a

Constituição Federal de 1988 não regulamentou a paradiplomacia, tendo inclusive limitado a sua atuação (Vigevani, 2006).

De acordo com a Confederação Nacional dos Municípios (CNM, 2008), a falta de um dispositivo legal na Carta Magna brasileira que esclareça o escopo e o alcance das práticas paradiplomáticas no país gera insegurança jurídica para os entes subnacionais. O fato de a Constituição Federal determinar, em seu art. 21, que a competência de manter relações com outros países é exclusiva do governo federal, aliado ao art. 84, que fornece competência particular ao chefe do Executivo para celebrar acordos internacionais e manter relações com outros Estados, pode gerar uma interpretação de que os acordos negociados pelos entes subnacionais não seriam vinculantes.

No período embrionário da institucionalização da paradiplomacia no Brasil, por meio de órgãos estaduais e municipais, como o caso fluminense, o MRE foi receoso, tendo em vista a crença de que a política externa subnacional pudesse atuar de forma contrária aos interesses da União. Nesse sentido, o governo federal percebeu a necessidade de se comunicar com os entes subnacionais, no tangente à atuação internacional, visando maior harmonia de interesses e mitigando riscos na execução da política externa brasileira.

No período de 1991 a 2010, a paradiplomacia brasileira se expandiu fortemente, desenvolvendo a base das atuações da área na atualidade. Entre os marcos relevantes da atuação paradiplomática do Brasil no período, merece destaque inicialmente a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e o Desenvolvimento, também conhecida como Rio-92. O evento foi negociado pela União, mas com participação ativa do município do Rio de Janeiro, além de cidades brasileiras na criação da rede Mercocidades, em 1995, visando integrar cidades dos países-membros do Mercado Comum do Sul (Mercosul).

A partir da expansão da paradiplomacia no Brasil, o interesse do governo federal em alinhar a atuação internacional dos entes subnacionais com a da União aumentou. Com esse objetivo, a partir de 1995 o MRE iniciou a abertura de escritórios de representação, que foram implementados em unidades estratégicas da Federação, visando expandir e facilitar o contato do governo federal com os entes subnacionais referente a assuntos internacionais. Ainda nesse sentido, no ano de 1997 o MRE instituiu a primeira medida, na esfera federal, voltada para a prática paradiplomática: a criação da Assessoria de Relações Federativas (ARF), vinculada ao ministério. Tal ação, que aproximou a atuação internacional da União com a dos entes subnacionais, consolidou a paradiplomacia como uma política de Estado (Miklos, 2011).

A busca de sinergia entre a União e os entes subnacionais, relacionada à atuação externa, permaneceu nos anos seguintes e nos governos subsequentes. Nos dois primeiros mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de 2003 a 2010, diversas medidas do governo federal impactaram o cenário da paradiplomacia no Brasil. A ARF, primeira medida paradiplomática no âmbito federal, foi modificada em 2003 pelo governo federal, passando a ser nomeada como Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares (Afepa). No mesmo período, o governo federal instituiu a Subchefia de Assuntos Federativos (SAF) para operar, de forma sintonizada, com as demais iniciativas. Em paralelo, cabe destaque a implementação da Assessoria de Cooperação Internacional Federativa (Acif), ligada diretamente à Presidência da República (Gonçalves e Oliveira, 2017).

No tocante às cooperações internacionais, durante o período houve uma expansão das colaborações dos entes subnacionais, com diversos tipos de parceiros, como países, cidades, órgãos governamentais

e entidades do terceiro setor, sendo frequente a intermediação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), do MRE. O auxílio da ABC para o desenvolvimento de parcerias, além de agregar maior credibilidade e diversidade de temas para as operações, facilitou a conexão entre as partes envolvidas, ao envolver áreas da diplomacia brasileira, como as embaixadas e consulados no exterior, sobretudo os Setores de Promoção Comercial e Investimentos (Secom).

Outro fator fundamental na história da paradiplomacia no Brasil foram as tentativas, em diversos âmbitos, de conferir maior normatização e definição de suas capacidades e limites. Conforme discutido anteriormente, a Constituição Federal de 1988 limitou as ações paradiplomáticas, mesmo não abordando-as diretamente em seu texto. Em 2005, o deputado federal André Costa, do Partido Democrático Trabalhista do Rio de Janeiro, inspirado nas constituições alemã e argentina, recomendou, por meio da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 475, de 2005, alterações na Carta Magna brasileira, com o intuito de permitir que os estados, o Distrito Federal e os municípios pudessem celebrar compromissos com seus pares internacionais. No entanto, a PEC não obteve êxito em sua aprovação, tendo sido arquivada em 2007, depois da tramitação na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) (Brasil, 2005).

Já em 2006, o senador Antero Paes de Barros, do Partido da Social Democracia Brasileira do Mato Grosso, foi autor do Projeto de Lei do Senado Federal (PLS) nº 98, de 2006. O texto abordava, entre seus diversos artigos, determinados pontos que impactariam na paradiplomacia brasileira. Em 2010, o PLS foi rejeitado pela CCJC do Senado Federal, por inconstitucionalidade (Brasil, 2006).

Portanto, foi notável o desenvolvimento da paradiplomacia no Brasil ao longo dos anos 1990 e 2000, tendo em vista que as ações tomadas em âmbito federal foram continuadas nos anos seguintes, inclusive por governos de diferentes partidos. Cabe destacar que, na maioria dos casos, a cada novo projeto, foram implementados aperfeiçoamentos em comparação aos projetos anteriores, aliados à tentativa de delimitar o escopo de atuação da área. Entretanto, no período, mesmo com a expansão das representações federais voltadas para o âmbito internacional em diversos estados, por meio dos escritórios de representação do MRE, a paradiplomacia manteve-se limitada, ainda, às capitais e cidades com maior poder econômico.

Nos anos subsequentes, principalmente a partir de 2011, a paradiplomacia brasileira prosseguiu com sua expansão, sendo notável o crescimento do número de parcerias e projetos de cooperação elaborados pelos entes subnacionais. Tal ampliação recebeu o apoio da ABC, de entidades representativas de classe, de consulados e de embaixadas, de acordo com o seu objetivo e eixo temático de atuação.

Em consonância com as iniciativas voltadas para a paradiplomacia no âmbito federal, diversos projetos, sobretudo nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, intensificaram a prática paradiplomática no país e estabeleceram padrões de atuação, replicados por outras Unidades da Federação. No governo de Dilma Rousseff (2011-2016), sucedido pelo governo de Michel Temer (2016-2018), as ações referentes à paradiplomacia, no âmbito federal, concentraram-se majoritariamente na continuação da atuação da ABC, por meio do desenvolvimento de projetos de cooperação e parcerias internacionais com diversos países, possuindo um foco maior no Sul global. Cabe destacar que os projetos da ABC, em diversos casos, se deram em parceria com estados, municípios e com o terceiro setor, tendo como exemplo as trocas de conhecimento na área industrial, promovidas pelas federações industriais, com destaque para a atuação internacional da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan).

As tentativas de organização dos entes subnacionais brasileiros relacionadas às suas atuações internacionais também merecem atenção. Alguns exemplos são o Fórum Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Relações Internacionais (Fonari) e o Fórum de Gestores Estaduais de Relações Internacionais. Quando observados os principais eixos temáticos dessa área, levando em conta os estados e municípios brasileiros, há destaques ao longo do tempo. Uma considerável parte das atuações paradiplomáticas se deu nos campos relacionados às necessidades básicas, como saúde, educação e segurança alimentar. Entretanto, também houve expressivo número de parcerias em temas como infraestrutura, esportes, gestão pública, energia, indústria e meio ambiente.

Os grandes eventos internacionais sediados pelo Brasil durante o período, com destaque para os ocorridos na cidade do Rio de Janeiro, aliados às demais ações na área, como a irmanação de cidades, visitas técnicas de delegações estrangeiras, missões ao exterior e intercâmbio em setores estratégicos, contribuíram fortemente para o aprofundamento da paradiplomacia no país.

3.1 A paradiplomacia no Rio de Janeiro: das origens até 2008

Conforme abordado na obra de Neves (2013), quando analisada a história da cidade do Rio de Janeiro, é possível concluir a existência de uma vocação internacional do município, cultivada desde o período colonial até os dias atuais. O protagonismo da cidade do Rio de Janeiro no âmbito internacional tem origem no período colonial, quando o município passou a ser a capital do Vice-reino do Brasil, posição anteriormente ocupada por Salvador. Entretanto, a partir de 1808, a cidade carioca ganhou mais relevância.

Com a vinda da família real para o Brasil, passou a ser a capital do Reino português, a única de um país europeu a estar situada fora da Europa em toda a história. Em 1815, a cidade tornou-se a capital do recém-criado Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Com a independência em 1822, foi capital do Império, permanecendo como tal mesmo após a Proclamação da República em 1889, situação que perduraria até a inauguração de Brasília em 1960. Por quase 200 anos o Rio de Janeiro foi a capital oficial do Brasil e, até recentemente, sua única metrópole nacional. Além disso, sua centralidade decorre do fato de ter sido, desde a origem, porto, centro de logística e de articulação política e cultural da nação (Neves, 2013).

Com a transferência do *status* de capital nacional para Brasília, a cidade do Rio de Janeiro necessitou se redesenhar, tanto no sentido administrativo quanto no sentido estrutural, tendo em vista a redução da arrecadação e a perda de vantagens decorrentes de sua antiga posição.

O primeiro passo da institucionalização das atividades paradiplomáticas da cidade do Rio de Janeiro foi dado em 1975, com a criação do órgão Cerimonial, ligado ao gabinete do prefeito, que aglutinava a tarefa de receber, conforme os padrões diplomáticos, delegações estrangeiras. O segundo passo, concretizado apenas na década seguinte, no ano de 1986, foi a criação da Assessoria Internacional do município, que veio a ser extinta um ano depois, em 1987, dando lugar à Coordenadoria de Relações Internacionais (CRI) da cidade do Rio de Janeiro (Besen e Torres, 2016).

Cabe destacar que, embora o governo do estado do Rio de Janeiro possuísse a Assessoria Internacional, instituída em 1983, durante a gestão do governador Leonel Brizola (1983-1986), a criação da CRI na capital fluminense foi um marco histórico na paradiplomacia brasileira, ao ter sido a primeira estrutura puramente de relações internacionais em uma cidade do país (Besen e Torres, 2016; Cidade do Rio de Janeiro, 2017).

A CRI é protagonista no que corresponde aos aspectos da agenda internacional do município, englobando todas as atividades de cunho internacional do Rio de Janeiro. Essa coordenadoria também participa de ações junto a outros órgãos da cidade, quando envolvidos atores e grupos internacionais, como entes subnacionais, países e afins, incluindo seus representantes no Brasil. Em paralelo, o órgão desenvolve parcerias com outros atores paradiplomáticos brasileiros, como o governo do estado do Rio de Janeiro, membros diversos do terceiro setor e da iniciativa privada. Dado o seu pioneirismo, ao longo do tempo, a CRI foi moldando sua forma de atuar, baseando-se em órgãos semelhantes de outras cidades de renome global, com o intuito de adotar as melhores práticas sobre o tema. Em paralelo, a atuação e criação da CRI carioca inspiraram outras cidades brasileiras a montarem estruturas com a mesma finalidade, tendo o Rio de Janeiro compartilhado conhecimento e ações com os novos representantes paradiplomáticos.

O marco seguinte da paradiplomacia carioca ocorreu no ano de 1992, com a realização da Rio-92. O evento, um dos maiores da história diplomática brasileira, foi organizado e negociado majoritariamente pelo Brasil e pela Organização das Nações Unidas (ONU). A Rio-92 foi o maior evento global ambiental até então, com a presença de representantes e chefes de Estado de mais de 170 países (Patriarcha-Graciolli, 2015). O evento, que fez com que o presidente Fernando Collor (1990-1992) determinasse a volta da condição de capital do Brasil para a cidade do Rio de Janeiro pelo período em que ocorresse a Rio-92, mostrou ao mundo que a cidade maravilhosa estava pronta para receber eventos de tamanha dimensão. Nesse sentido, em 1996, a cidade inseriu em seu plano estratégico o objetivo de hospedar eventos esportivos de porte global. Entre os principais eventos esportivos mundiais, destacavam-se a Copa do Mundo da Federação Internacional de Futebol (Fifa), os Jogos Pan-Americanos e os Jogos Olímpicos (Cidade do Rio de Janeiro, 1996).

Nos anos subsequentes à Rio-92, a cidade do Rio de Janeiro continuou estruturando e desenvolvendo sua paradiplomacia. Em 2002, na gestão do prefeito Cesar Maia (2001-2008), a capital fluminense foi eleita para sediar os XV Jogos Pan-Americanos e os III Jogos Parapan-Americanos, sendo ambos os jogos integrantes da lista dos maiores eventos esportivos do mundo, dando início aos resultados esperados do plano estratégico de 1996. Os eventos realizados em 2007 necessitaram de grandes investimentos em diversos setores do município, sobretudo na infraestrutura. Os Jogos Pan-Americanos e Parapan-Americanos projetaram a cidade no cenário internacional, além de darem início a uma série de megaeventos esportivos que a cidade sediou na década seguinte.

4 A PARADIPLOMACIA CARIOCA NO GOVERNO DE EDUARDO PAES (2009-2016)

O plano estratégico formulado pela CRI – responsável pelas políticas e atividades paradiplomáticas da cidade durante a gestão do prefeito Eduardo Paes (2009-2016) – foi, segundo o relatório *Rio + Internacional 2009-2016*, embasado nos dois planos estratégicos da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro: o de 2009-2012 e o de 2013-2016. Estes tinham em comum a ambição de redesenhar o futuro do Rio e transformá-lo na “melhor cidade para se viver do hemisfério sul” (Cidade do Rio de Janeiro, 2017, p. 11). Para tanto, seus objetivos gerais traziam a meta de posicioná-la como centro cultural e político no cenário internacional. Com este intuito, a equipe da CRI escolhida pelo prefeito passou por uma expansão no quadro de funcionários e colaborou em diversas frentes, visando ampliar cada vez mais a sua atuação.

Durante o governo Paes, determinou-se como responsabilidade da CRI onze projetos principais, sendo eles: o V Fórum Urbano Mundial (FUM5) em 2010; o III Fórum Mundial da Aliança de Civilizações (AdC) em 2010; a quinta edição dos Jogos Mundiais Militares, evento organizado pelo Conselho Internacional do Desporto Militar (CISM) em 2011; a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) em 2012; a Jornada Mundial da Juventude (JMJ) em 2013; a Copa das Confederações Fifa 2013; a Copa do Mundo Fifa 2014; o Rio 450 anos em 2015; e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. Além disso, foram incluídos nesse rol o Cais do Valongo, com o objetivo de torná-lo patrimônio da humanidade reconhecido pela ONU para educação, ciência e cultura (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization – UNESCO), e a Conferência das Nações Unidas para Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III). Porém, a atuação da coordenadoria não se restringiu a esses projetos, tendo colaborado em projetos menores com as outras instâncias da prefeitura.

Uma das primeiras iniciativas que merecem destaque foi um acordo assinado em 2010 junto ao Banco Mundial, para a concessão de um empréstimo de US\$ 1,045 bilhão para obras de urbanização, com prazo de trinta anos para pagamento. O acordo só foi possível devido ao cumprimento, pela Secretaria Municipal da Fazenda e demais instâncias, ao longo de 2009, de uma série de exigências feitas pelo Banco Mundial, como a melhoria da gestão da dívida da cidade, a ampliação de programas de educação e saúde e a criação da Nota Carioca e do Sistema de Inteligência Fiscal.³ Um dos projetos contemplados pelo empréstimo foi o Morar Carioca, que atua realizando obras de infraestrutura em 29 áreas de especial interesse social (Aeis) da cidade.⁴ Esse foi o maior empréstimo concedido pelo Banco Mundial a um município até a época e passou pela aprovação do Senado Federal em agosto do mesmo ano.

Com relação a projetos menores, cabe destacar a atuação conjunta da Secretaria Municipal de Cultura (SMC) e da CRI, que gerou dois principais produtos: o projeto Residências Holandesas e uma cooperação com o governo japonês. O primeiro, uma parceria com o governo holandês para o intercâmbio entre artistas das duas nacionalidades, promoveu a integração em diversos segmentos da cultura, culminando em um evento no bairro de Santa Teresa, no Centro Cultural Municipal Laurinda Santos Lobo em 2016. O segundo foi uma colaboração junto à Fundação Japão para a promoção de intercâmbio cultural. Foram organizados os seguintes eventos: a exposição *A Emergência do Contemporâneo: A Vanguarda no Japão, 1950-1970*, montada no Paço Imperial, a *Mostra de Cinema Japonês: Especial Ko Nakahira*, realizada no Centro Cultural Banco do Brasil, e o concerto *Olha pro Céu – Look at the Sky*, que ocorreu no Vivo Rio (Cidade do Rio de Janeiro, 2017).

Outro setor em que se pôde observar o desenvolvimento de atividades paradiplomáticas foi o da educação. Em 2012 foi realizada uma cooperação com o Comitê Olímpico Holandês, a fim de realizar trocas substanciais entre os estudantes de escolas municipais vocacionadas para o esporte e atletas olímpicos e paraolímpicos holandeses (Cidade do Rio de Janeiro, 2017). Além das oficinas e palestras, que ocorreram duas vezes por ano ao longo de quatro anos, uma das escolas (Ginásio Experimental Olímpico Juan Antonio Samaranch) ainda se beneficiou com a doação de uma pista de atletismo e de um campo de futebol de grama sintética.

3. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2010/08/20/internas_economia,208911/rio-pega-emprestimo-de-us-1-bilhao-com-o-bird.shtml. Acesso em: 30 set. 2023.

4. Disponível em: <https://prefeitura.rio/habitacao/programa-morar-carioca-beneficia-29-areas-da-cidade-com-melhorias-de-infraestrutura/>. Acesso em: 1º out. 2023.

Além disso, em 2015 a Secretaria Municipal de Educação e a CRI realizaram uma visita oficial à Finlândia, com o objetivo de conhecer o sistema educacional do país, o novo currículo educacional que estava previsto para 2016 e o modo de implementação desse projeto nos municípios, a fim de trazer esses conhecimentos para a realidade carioca. Porém, a principal parceria da cidade no setor educacional é o programa Escolas do Amanhã, junto à UNESCO. Com início em 2010, o projeto visa garantir, por meio de políticas públicas, educação de qualidade e prevenção da violência a crianças e jovens em situações de vulnerabilidade (Cidade do Rio de Janeiro, 2017).

Na esfera ambiental houve importantes acordos firmados com o apoio mútuo da CRI e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMAC). O primeiro deles, em 2012, foi financiado pela Comissão Europeia e aplicado pelo International Council for Local Environmental Initiatives (ICLEI). O projeto, também conhecido como Urban-LEDS, visa, por meio de orientações, promover conhecimento técnico e político e suporte financeiro, ajudar a atingir as metas de desenvolvimento regionais e, conseqüentemente, reduzir as emissões de gases de efeito estufa nos locais contemplados, sendo o Rio de Janeiro uma das oito cidades do Brasil a receberem esse programa. Assim, a empresa Sunlution Soluções em Geração Solar recebeu recursos para a aquisição de *kits* solares e postes de iluminação híbridos, que foram implementados dentro do projeto Escolas Sustentáveis (Cidade do Rio de Janeiro, 2017).

Em 2015, foi acordada uma parceria com a cidade de Colônia, na Alemanha, e a ONG Engagement Global – Service für Entwicklungsinitiativen. A cooperação teve como objetivo estreitar laços entre as cidades, promovendo troca de experiências técnicas na adaptação e mitigação às mudanças climáticas, no que ficou conhecido como “Parcerias para o Clima”. Um dos focos deste projeto é a área de gerenciamento de resíduos sólidos e, por isso, um de seus principais resultados é o trabalho conjunto da Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb) com a AVG-Köln, empresa que realiza serviços similares na cidade alemã, para prover tecnologia e equipamentos para o processamento de biomassa (Cidade do Rio de Janeiro, 2017).

Ainda visando projetos que contemplam a área de sustentabilidade, a CRI e a Secretaria Municipal de Transportes (SMTR) atuaram, sob a articulação da rede de cidades C40, com o Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (Institute for Transportation and Development Policy – ITDP), entidade sem fins lucrativos que promove o transporte ambientalmente sustentável e equitativo em todo o mundo. A iniciativa buscava avançar no campo do transporte urbano, mobilidade e acessibilidade e teve como produto os ônibus do modal Bus Rapid Transit (BRT), corredores Transoeste, Transcarioca e Transolímpica. O instituto ainda proporcionou o treinamento de recém-contratados funcionários da secretaria e contribuiu para a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável da cidade (Cidade do Rio de Janeiro, 2017).

Paralelamente aos projetos menores, a cidade do Rio de Janeiro sediou diversos eventos de renome internacional, mantendo a média de um megaevento ao ano, sobretudo no tangente a negócios, ao meio ambiente e no âmbito esportivo. Com altas expectativas após a realização dos Jogos Pan e Parapan-Americanos, o Rio de Janeiro foi eleito a sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, no ano de 2009, após três tentativas frustradas (Besen e Torres, 2016).

A escolha da sede se iniciou em 2006, com o Comitê Olímpico do Brasil (COB), depois de longa análise, optando pela cidade que já estaria recebendo a infraestrutura para os jogos de 2007. A partir disso, houve a contratação da empresa Event Knowledge Services para uma análise técnica da

capacidade de a cidade receber o evento, o que foi confirmado, mas com a sinalização de que ainda havia questões de infraestrutura, transporte e segurança que deveriam ser mitigadas. Com a aprovação da Assembleia Geral do COB, foi realizado o envio das cartas de intenção ao Comitê Olímpico Internacional (COI) em setembro de 2007. O COI faria a seleção da cidade-sede em duas fases, sendo analisados na segunda etapa os seguintes critérios: legado, apoio político, legislação, fronteira, meio ambiente, finanças, *marketing*, local das provas, acomodações, saúde, segurança, entre outros. Competindo com Madri, Tóquio e Chicago, o Rio de Janeiro venceu por 66 votos contra 32 da segunda colocada, a capital espanhola. A tese defendida pela cidade carioca foi a de que a América do Sul nunca havia sediado os Jogos Olímpicos e que esse era o momento perfeito para isso, dado o período econômico favorável vivido pelo país.

Com a eleição, a cidade se colocou diante de um dos maiores desafios de sua história: se adaptar, em inúmeros setores, para receber o maior evento esportivo do mundo. Para isso, a gestão de Eduardo Paes recorreu a outras cidades globais, que já haviam sediado o evento, visando colher o máximo de conhecimento possível. Entre as cidades com as quais o governo municipal realizou diálogos, quatro se destacam: Barcelona, devido ao seu modelo de gestão e à sua experiência olímpica; Londres, que viria a sediar os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2012, estando em estágio avançado de preparo; Buenos Aires, dada sua experiência com a revitalização de sua área portuária; e Paris, por possuir projetos semelhantes aos que o Rio de Janeiro pretendia implementar. Cabe salientar que, como resultado de tais conversas, o município elaborou o projeto Porto Maravilha, tendo revitalizado toda a sua parte portuária, inspirado nos casos das cidades parceiras, além de ter fundado a Rio Negócios, visando captar recursos, entre outras medidas (Mendes e Figueira, 2016).

Em 2012, a cidade do Rio de Janeiro sediou a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, que ficou conhecida como Rio+20, por ter sido promovida exatamente duas décadas após a Rio-92. Tal como na década de 1990, o evento contou com a participação de chefes de Estado e de governo de uma diversa gama de países (Rio de Janeiro, 2016). Para a realização do evento, foram necessárias reformas de infraestrutura, como a do Riocentro, onde se localizam os pavilhões em que ocorreram as negociações (Vianna, 2012). Infelizmente, fatores externos impediram que o evento atingisse o mesmo nível de sucesso que seu antecessor em 1992. Um cenário econômico internacional degradado, decorrente da crise de 2008, e a baixa disposição dos países para negociações produziram resultados pouco propositivos, considerando a tamanha urgência do tema (Távora, 2012).

No ano seguinte, a cidade recebeu a Jornada Mundial da Juventude, o evento com maior público da Igreja Católica, atraindo milhares de turistas, além de sediar a Copa das Confederações da Fifa, competição que tinha entre seus propósitos ser um teste para a Copa do Mundo da Fifa, já que o Rio de Janeiro seria uma das cidades-sede do evento.

Em 2014, o Rio de Janeiro tornou-se a única cidade no mundo a ter recebido duas finais do maior torneio de futebol, em 1950 e 2014. Dado o esquema de sorteio para a escolha da sede, a América do Sul era o continente da vez. Além do Brasil, Argentina e Colômbia chegaram a se manifestar para hospedar o evento, tendo a última renunciado, deixando praticamente certa a eleição do Brasil, que se concretizou em 2007 pela Confederação Sul-Americana de Futebol (Conmebol). O Rio de Janeiro foi uma das doze cidades onde ocorreram os jogos, graças à sua estrutura e à sua

capacidade de receber turistas.⁵ O evento, que demandou diversas melhorias em áreas estratégicas do município, auxiliou no desenvolvimento da paradiplomacia carioca, em razão das parcerias com diversos consulados, no intuito de melhor atender os turistas e as seleções que disputaram as partidas.

Durante o período, parcerias culturais e esportivas com outros países também foram firmadas, sobretudo na área da educação pública municipal, contando com a exposição de trabalhos pela cidade e com atividades para jovens e crianças. A CRI e as secretarias da prefeitura atuaram junto ao Centro de Operações Rio no processo preparatório do evento (Cidade do Rio de Janeiro, 2017). Além disso, a CRI estabeleceu diálogo com os consulados gerais e honorários na cidade do Rio de Janeiro e embaixadas em Brasília; posicionou as caravanas do Chile, Argentina e Bélgica, que visitavam a cidade; designou as vans consulares na orla do bairro de Copacabana e auxiliou na tradução de materiais informativos em vários idiomas. Simultaneamente à realização do evento, foram organizadas escalas de plantão para contato com o governo do estado e o governo federal, o corpo consular e outros órgãos da prefeitura, em caso de emergências envolvendo estrangeiros.

Ainda em 2014, o prefeito Eduardo Paes tomou posse como presidente da rede de cidades C40, uma das principais redes de cidades do mundo, tendo ocupado o cargo até o final de sua gestão, em 2016. Membro da C40 desde 2007, o Rio de Janeiro foi a primeira cidade do Sul global a conseguir a liderança. Com tal oportunidade e espaço de ação, foi notável uma maior atuação do município em temas relacionados ao meio ambiente. Cabe destacar que um dos fatores determinantes do maior interesse da cidade em temas ambientais foi o seu histórico, uma vez que já havia sediado dois dos maiores eventos da área, a Rio-92 e a Rio+20 (Besen e Torres, 2016).

O último grande evento sediado pela cidade do Rio de Janeiro durante a gestão de Eduardo Paes como prefeito foi também o maior evento esportivo sediado pelo Brasil: os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Verão de 2016. Para que as metas dos jogos fossem alcançadas, a prefeitura criou a Empresa Olímpica Municipal, responsável por coordenar os projetos com ênfase em mobilidade e sustentabilidade (Cidade do Rio de Janeiro, 2017). A empresa foi apoiada pela CRI na negociação com Estados e organizações internacionais, a fim de elaborar as casas temáticas ou *hospitality houses*. Além disso, também houve assessoria da CRI na organização da Casa Rio – *showroom* que abrangeu vários eventos para promover a cidade no exterior e despertar, com isso, investimentos. Os jogos atraíram cerca de 410 mil turistas estrangeiros e 760 mil brasileiros, que movimentaram cerca de R\$ 4,1 bilhões na cidade.

Porém, vale destacar que a viabilização desses grandes eventos e megaeventos só foi possível devido à atuação conjunta dos governos federal, estadual e municipal, já que foi necessário aprovar leis específicas e injeção de recursos públicos, além de garantir os benefícios da população durante sua realização (Oliveira, 2015). Além disso, Eduardo Paes assumiu a liderança da cidade, junto a uma gestão federal que buscou priorizar uma política externa de negociações comerciais internacionais, realizou coordenação política com países em desenvolvimento e participou de importantes fóruns. Ou seja, havia a prioridade de ampliar o espaço brasileiro no cenário internacional (Prado, 2007). Entretanto, mesmo com esses fatores que beneficiaram a paradiplomacia da cidade, determinadas razões limitaram a capacidade de atuação da capital fluminense, sobretudo nos campos econômico, comercial e institucional.

5. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/esportes/fifa-anuncia-oficialmente-o-brasil-como-pais-sede-da-copa-2014-apdcwnrdzon5hzsr7bboy8ge/>. Acesso em: 9 out. 2023.

4.1 Os desafios da paradiplomacia da cidade do Rio de Janeiro na gestão do prefeito Eduardo Paes

Mesmo com a expressiva atuação da cidade do Rio de Janeiro em pequenos e grandes projetos ao longo desses anos, dois fatores exógenos à gestão Paes impediram uma atuação ainda maior da paradiplomacia carioca. O principal deles foi a falta de normatividade, no âmbito federal, da paradiplomacia. Conforme abordado anteriormente, a Constituição Federal de 1988, mesmo não tratando explicitamente da paradiplomacia, acabou indiretamente limitando-a.

No entanto, na maioria das ações paradiplomáticas realizadas pela cidade do Rio de Janeiro durante os anos da gestão Paes, os grandes acordos assinados foram com outros entes subnacionais e com organismos internacionais, como as redes de cidades, a ONU, o COI e a Fifa. Nesse sentido, o texto constitucional brasileiro, ao trazer como privativa da União e do chefe do Executivo a capacidade de celebrar acordos e manter relações com outros países, acaba por permitir a paradiplomacia, tendo em vista que os acordos celebrados por entes subnacionais – nesse caso, a capital fluminense –, não foram com Estados nacionais.

Visando solucionar tal questão, o legislativo federal, em suas duas casas – Câmara dos Deputados e Senado Federal –, tentou normatizar a prática paradiplomática (Brasil, 2005; 2006), entretanto, sem sucesso. Mesmo que com justificativas difusas para a não aprovação dos projetos de lei tangentes à normatização da paradiplomacia, é perceptível a falta de interesse da União em ceder parte de seu poder para os entes subnacionais. No intuito de remediar a ausência de normatização da paradiplomacia no Brasil, o governo federal vem analisando as ações paradiplomáticas caso a caso, principalmente por meio do MRE (Vigevani, 2006).

Em paralelo, outro ponto que torna perceptível a limitação da paradiplomacia carioca durante o período analisado – devido à falta de normatização no âmbito federal – são as áreas de atuação paradiplomática, que foram mais focadas em questões de *low politics*, cujo impacto é menor nas relações internacionais. Em temas que englobam questões de cunho local, como incentivo ao turismo, cooperação técnica, intercâmbios, eventos esportivos, questões ambientais e afins, a interferência do governo federal é mais discreta, sendo que, em alguns casos, a União incentiva e atua como ponte para a execução das parcerias, principalmente por meio da ABC e do próprio MRE.

Porém, em questões que possam interferir nas relações internacionais do Brasil, como os acordos formais com outros países, as negociações comerciais, o contato diplomático oficial e afins, a paradiplomacia encontra o seu limite, com base nos artigos já expostos da Constituição Federal. Cabe destacar que, nesse sentido, um dos temas mais regulados pela União é a captação de empréstimos e de linhas de financiamento no exterior, seja com outros países ou com instituições como a Corporação Andina de Fomento (CAF) e o Banco Mundial. Tal regulação se dá pelo fato de a União ser a avalista de seus entes subnacionais, tendo todas as ações desse tipo a necessidade de serem aprovadas pelo Legislativo brasileiro (Gonçalves e Oliveira, 2017).

Todavia, a falta de normatização da paradiplomacia no Brasil não foi o único fator exógeno que limitou a atuação internacional da cidade do Rio de Janeiro. Impactado por ela, o segundo fator que mais dificultou a atuação paradiplomática carioca foi a extensa e lenta tramitação no âmbito federal, nos poderes Executivo e Legislativo, dos acordos internacionais oriundos dos entes subnacionais que necessitam ser aprovados pela União.

Na esfera municipal, as negociações paradiplomáticas, principalmente quando se trata da primeira entre dois atores, exige uma série de elementos, como reuniões, negociações, delimitação do escopo da parceria, análise legal e de viabilidade dos projetos, entre outros, o que demanda considerável tempo. No caso do Rio de Janeiro, pelo fato de a cidade possuir credibilidade no campo paradiplomático, tanto nacionalmente – com o MRE e a ABC, entre outros – como internacionalmente – com as principais redes de cidades e organizações internacionais –, as negociações das parcerias tiveram uma maior celeridade quando comparadas a um panorama geral.

Entretanto, após a negociação ser acordada pela capital fluminense, nos casos em que é necessário obter aprovação da União para o prosseguimento, o Poder Executivo federal, quando de acordo com o projeto, precisou, por meio da chamada Mensagem do Poder Executivo (MSC), comunicar a este o interesse em fornecer garantias e permitir a continuidade da prática paradiplomática. Tal interferência foi mais percebida nos casos de empréstimos internacionais, nos quais a União estabeleceu a quantia máxima que aceitava ser avalista. Entretanto, em estudo elaborado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) em 2018, foi analisado o tempo necessário para a internalização dos acordos internacionais assinados pelo governo federal. Mesmo não se referindo aos acordos paradiplomáticos, foi possível perceber o extenso e lento processo legislativo – com ênfase para a etapa no Executivo federal – pois a tramitação de acordos internacionais demora, em média, mais de quatro anos (CNI, 2018).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo analisar e identificar os principais pontos referentes à paradiplomacia da cidade do Rio de Janeiro, durante a gestão do prefeito Eduardo Paes (2009-2016), incluindo os aspectos que impediram uma atuação ainda maior do município no âmbito paradiplomático no período.

Nesse sentido, percebeu-se um esforço para colaborar em projetos internacionais de diferentes portes, desde pequenos e de ações locais até grandes projetos, como o caso das Olimpíadas. Com relação aos megaeventos, observou-se uma junção de fatores que facilitaram a escolha da cidade como sede, entre eles o forte alinhamento dos governos federal, estadual e municipal, que possuíam prioridades em comum, uma vez que estes eventos trazem reconhecimento e prestígio não só para as cidades em que são hospedados, mas para o país, de forma geral.

Ao analisar a atuação internacional da capital fluminense, pode-se inferir que houve, durante a gestão em questão, uma tentativa de internacionalização do município, dados os objetivos elencados nos dois planos estratégicos da cidade, entre 2009 e 2016. Apesar de não atingir a meta em sua plenitude, com a concretização do reconhecimento global da cidade como a melhor do hemisfério sul para se viver, as iniciativas de cooperação entre o Rio de Janeiro e diversas instâncias internacionais contribuíram para a elaboração de novas políticas públicas e melhorias locais, que favoreceram a população em várias áreas.

Por fim, cabe destacar que os fatores identificados que limitaram a paradiplomacia carioca no período não obstruíram apenas a atuação internacional da cidade do Rio de Janeiro. Assim, todos os entes subnacionais brasileiros são afetados, tendo em vista que o poder de solucionar as questões problemáticas identificadas fica concentrado na esfera federal.

REFERÊNCIAS

- BESEN, D.; TORRES, M. Atuação internacional da cidade do Rio de Janeiro: um estudo de caso de paradiplomacia no Sul global. *In*: SEMINÁRIO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 3., 2016, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Abri, 29-30 set. 2016. Disponível em: <https://docplayer.com.br/76214031-3o-seminario-de-relacoes-internacionais-repensando-interesses-e-desafios-para-a-insercao-internacional-do-brasil-no-seculo-xxi.html>. Acesso em: 9 nov. 2022.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 9 nov. 2022.
- _____. Câmara dos Deputados. **Proposta de Emenda à Constituição PEC nº 475, de 2005**. Acrescenta parágrafo ao art. 23 da Constituição Federal para permitir que estados, Distrito Federal e municípios possam promover atos e celebrar acordos ou convênios com entes subnacionais estrangeiros. Brasília: Câmara dos Deputados, 2005. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/305376>. Acesso em: 4 nov. 2022.
- _____. Senado Federal. **Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2006 (Complementar)**. Dispõe sobre a aplicação de normas internacionais no Brasil e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 2006. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/77481>. Acesso em: 7 nov. 2022.
- CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. **Plano estratégico da cidade do Rio de Janeiro: Rio sempre Rio**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1996. Disponível em: <http://memoriadasolimpiadas.rb.gov.br/jspui/bitstream/123456789/687/1/IU104%20-%20Plano%20Estrat%3%a9gico%20Rio%20Sempre%20Rio%201996.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2022.
- _____. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. **Rio + Internacional: 2009-2012/2013-2016**. Rio de Janeiro: Coordenadoria de Relações Internacionais, 2017. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/documents/4804537/8c7ff4cf-d6ab-4507-9767-29739e31494c>. Acesso em: 8 nov. 2022.
- CNI – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Processo de internalização dos atos internacionais no Brasil: diagnóstico e sugestões de aprimoramento**. Brasília: CNI, 2018.
- CNM – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS. **Atuação internacional municipal: estratégias para gestores municipais projetarem mundialmente sua cidade**. Brasília: CNM, 2008.
- DIAS, R. Paradiplomacia: ferramenta de inclusão internacional dos municípios. **Revista de Administração Municipal – Municípios**, v. 57, n. 274, p. 52-59, 2010.
- GONÇALVES, F.; OLIVEIRA, P. A política externa (sub)nacional: um estudo da paradiplomacia do estado do Rio de Janeiro e de sua relação com o governo federal. **Conjuntura Global**, v. 6, n. 1, p. 94-115, 2017.
- HOCKING, B. **Localizing foreign policy: non-central governments and multilayered diplomacy**. London: St. Martin's Press, 1993.
- MENDES, V.; FIGUEIRA, A. Paradiplomacia e competitividade internacional de cidades: o caso do Rio de Janeiro. *In*: SEMINÁRIO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 3., 2016, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Abri, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/311949953_Paradiplomacia_e_competitividade_internacional_de_cidades_o_caso_do_Rio_de_Janeiro. Acesso em: 8 nov. 2022.
- MIKLOS, M. S. Diplomacia federativa: o Estado brasileiro e a atuação internacional de suas unidades constituintes. **Carta Internacional**, v. 6, n. 1, p. 83-100, 2011.
- NEVES, L. (Org.). A inserção internacional do Rio de Janeiro. **CEBRI Artigos**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 8, 2013. (Edição especial).

OLIVEIRA, J. Olimpíadas 2016: a histórica conquista do Rio como sede olímpica. **Rádio Câmara**, 18 maio 2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/458862-olimpiadas-2016-a-historica-conquista-do-rio-como-sede-olimpica/>. Acesso em: 8 out. 2023.

PATRIARCHA-GRACIOLLI, S. R. Acordos mundiais estabelecidos na Rio-92: uma reflexão do panorama atual. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 10, n. 3, p. 69-81, 2015. DOI: 10.34024/revbea.2015.v10.1885.

PRADO, L. **A política externa do governo Lula (2003-2006)**. 2007. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

PRIETO, N. O outro lado do novo regionalismo pós-soviético e da Ásia-Pacífico: a diplomacia federativa além das fronteiras do mundo ocidental. *In*: VIGEVANI, T. *et al.* (Org.). **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. São Paulo: Educ; Editora da Unesp; Educ; Fapesp, 2004.

RIBEIRO, M. C. A ação internacional das entidades subnacionais: teorias e visões sobre a paradiplomacia. **Cena Internacional**, v. 10, n. 2, 2008.

SOLDATOS, P. An explanatory framework for the study of federated states as foreign-policy actors. *In*: MICHELMANN, H.; SOLDATOS, P. (Ed.). **Federalism and international relations: the role of subnational units**. Oxford: Oxford University Press, 1990. p. 34-53.

TÁVORA, F. A herança da Rio+20. *In*: BRASIL. **Temas e agendas para o desenvolvimento sustentável**. Brasília: Senado Federal, 2012. p. 17-55. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/496289>. Acesso em: 31 jan. 2024.

VIANNA, R. Riocentro recebe últimos ajustes de infraestrutura antes da Rio+20. **G1**, 30 maio 2012. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/05/riocentro-recebe-ultimos-ajustes-de-infraestrutura-antes-da-rio20.html>. Acesso em: 30 set. 2023.

VIGEVANI, T. Problemas para a atividade internacional das unidades subnacionais: estados e municípios brasileiros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21, n. 62, p. 127-140, 2006.